

# 11º Relatório Trimestral da Ouvidoria/CNJ Julho a setembro de 2012

## INTRODUÇÃO

A Resolução nº 103, de 24 de fevereiro de 2010, do CNJ, estabelece que *“a Ouvidoria do Conselho Nacional de Justiça tem por missão servir de canal de comunicação direta entre o cidadão e o Conselho Nacional de Justiça, com vistas a orientar, transmitir informações e colaborar no aprimoramento das atividades desenvolvidas pelo Conselho, bem como promover a articulação com as demais Ouvidorias judiciais para o eficaz atendimento das demandas acerca dos serviços prestados pelos órgãos do Poder Judiciário.”*

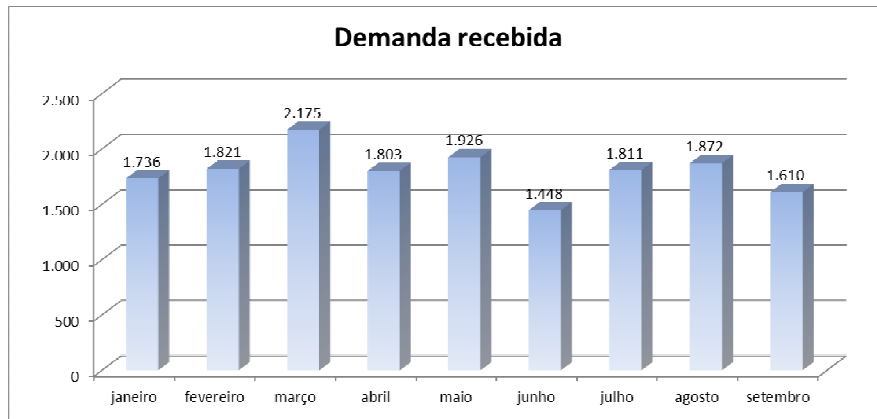
A Ouvidoria do CNJ foi criada pela Resolução nº 67, de 3 de março de 2009, que instituiu o novo Regimento Interno do Conselho, e tem suas atribuições fixadas na Resolução nº 103/2010. Exerce a função de Ouvidor o Conselheiro Wellington Cabral Saraiva, eleito na 133ª sessão plenária, de 30 de agosto de 2011.

Este relatório é apresentado ao Plenário em cumprimento ao disposto no artigo 4º, VII, da resolução e contém dados estatísticos relativos às atividades desenvolvidas nos meses de julho a setembro de 2012.

## 1. AS DEMANDAS RECEBIDAS

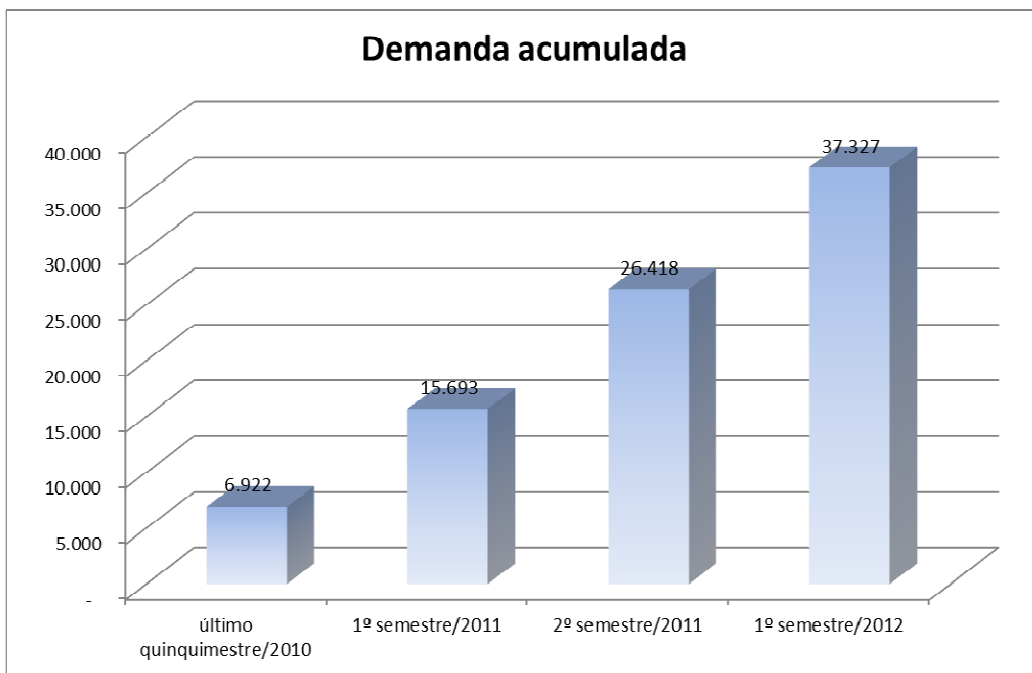
De janeiro a setembro de 2012, a Ouvidoria recebeu 16.202 demandas, sendo que, destas, 5.293 foram recebidas no terceiro trimestre, de julho a setembro.

Não foram computadas manifestações duplicadas ou que representaram continuação de demanda anterior, o que totalizou 365 manifestações no terceiro trimestre.

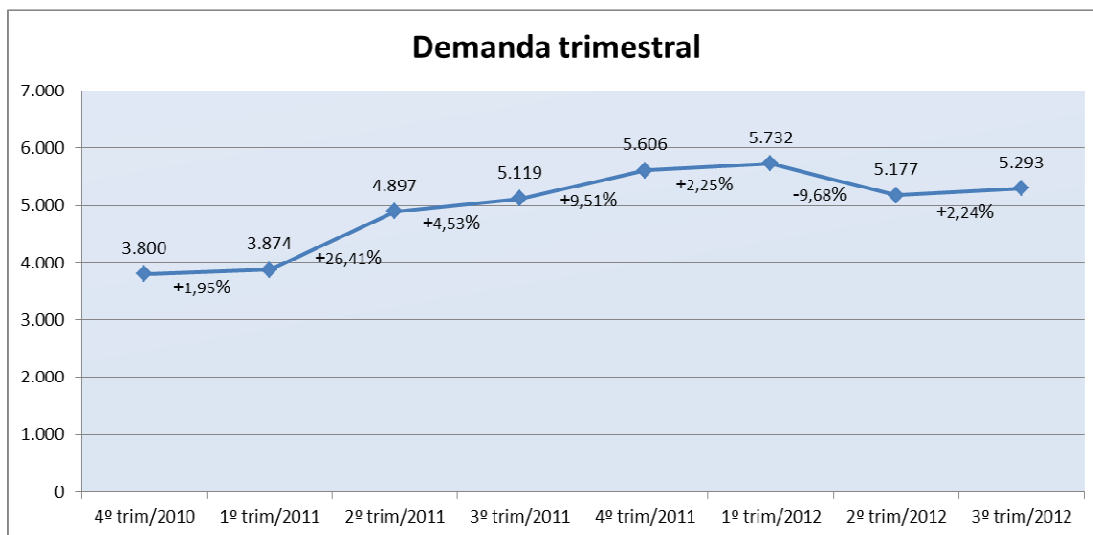


A média mensal do terceiro trimestre foi de 1.764,33, com aumento de 2,24% em relação ao segundo trimestre, cuja média foi de 1.725,67, e redução de 7,66% em comparação ao primeiro trimestre, em que a média foi de 1.910,67.

A demanda acumulada da Ouvidoria semestralmente está representada a seguir. Figuram no gráfico apenas os registros a partir de agosto de 2010, tendo em vista que até o relatório de julho de 2010, eram consideradas manifestações duplicadas, as quais passaram a ser subtraídas a partir de agosto daquele ano.

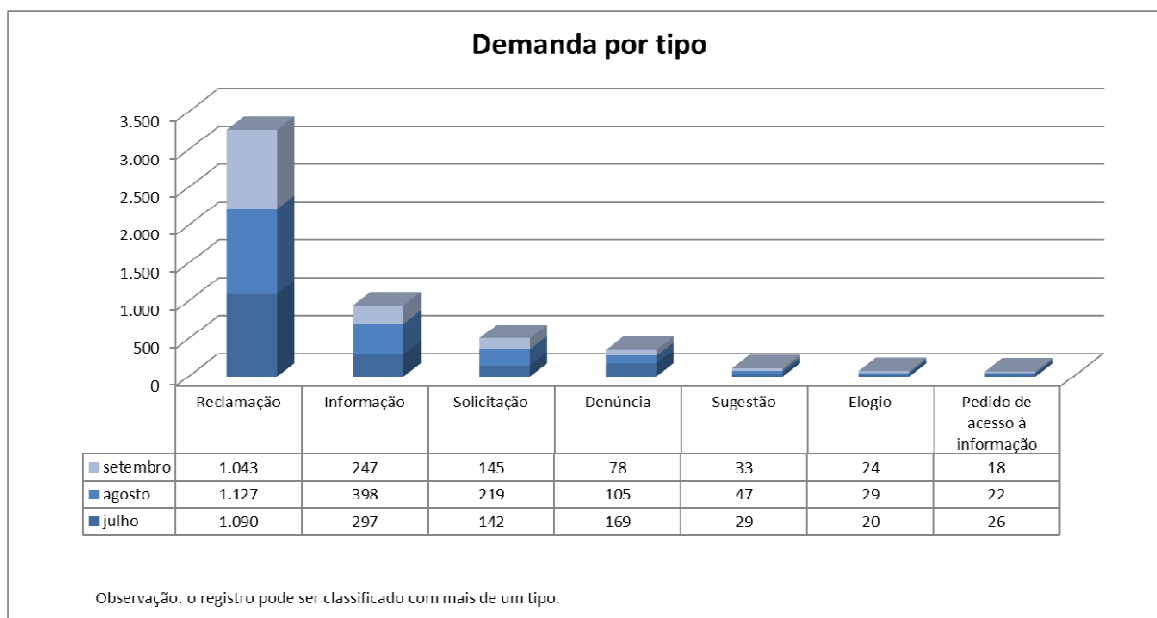


O gráfico adiante permite observar a evolução trimestral da demanda dos períodos entre o último trimestre de 2010 e o terceiro trimestre de 2012. O 2º trimestre de 2011 apresentou o maior crescimento em relação ao período anterior, aumento de 26,41%. É possível verificar ainda que a demanda cresceu em todos os períodos, exceto no 2º trimestre de 2012, que apresentou queda de 9,68% em relação aos três meses anteriores. A demanda cresceu 39,29% entre o 4º trimestre 2010 e o 3º trimestre de 2012.



A forma de comunicação mais comum é a virtual, com 4.960 (93,71%) manifestações recebidas pelo sistema eletrônico de atendimento na internet, e 156 (2,95%) por correio eletrônico. As demais manifestações foram enviadas à Ouvidoria por correspondência (135 = 2,55%), ofício (27 = 0,51%), ligações telefônicas (14 = 0,26%) e pessoalmente (1 = 0,02%). Dos quantitativos apresentados, constam apenas os atendimentos telefônicos e presenciais que foram cadastrados no sistema, pois não foram resolvidos durante o atendimento e demandaram registro para providências posteriores.

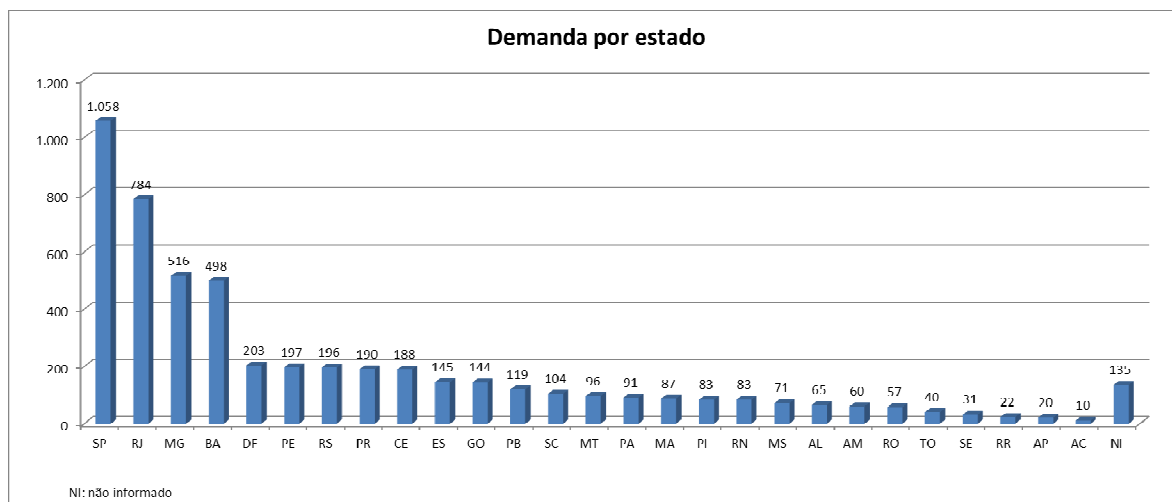
Levando em consideração os tipos de demandas, a maior parte é de reclamações (3.260 = 61,42%), de pedidos de informações (942 = 17,75%) e solicitações (506 = 9,53%), conforme o gráfico abaixo. Destacamos os pedidos de acesso à informação previstos na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que totalizaram 66 registros (1,24%).



O quadro a seguir mostra a predominância de manifestações enviadas por servidores públicos, advogados e aposentados, perfil que permanece constante em comparação com os dois primeiros trimestres de 2012.

OCUPAÇÃO	TOTAIS	%
Servidor público	1.239	23,41%
Advogado	1.025	19,37%
Aposentado	510	9,64%
Profissional liberal ou autônomo	374	7,07%
Empregado de empresa privada	366	6,91%
Estudante	337	6,37%
Desempregado	294	5,55%
Empregado público	176	3,33%
Empresário	138	2,61%
Militar	106	2,00%
Presidiário	78	1,47%
Pensionista	60	1,13%
Jornalista	26	0,49%
Magistrado	19	0,36%
Perito	7	0,13%
Defensor público	6	0,11%
Delegado de polícia	6	0,11%
Membro do Ministério Público	6	0,11%
Não informado	520	9,82%
<b>Total Geral</b>	<b>5.293</b>	<b>100,00%</b>

O quadro seguinte registra o número de demandas conforme o Estado de origem. O maior número de manifestações provém de São Paulo (1.058 = 19,99%), Rio de Janeiro (784 = 14,81%), Minas Gerais (516 = 9,75%) e Bahia (498 = 9,41%).



## 2. OS TEMAS DAS DEMANDAS

O próximo quadro apresenta a quantidade de demandas recebidas na Ouvidoria classificadas segundo tipos e temas. Em consonância com o padrão dos relatórios anteriores, o tema *morosidade processual* permaneceu como o de maior frequência e representou 35,06% dos registros, com aumento de 5,44% em relação ao trimestre anterior, período no qual foram recebidas 1.765 reclamações sobre o assunto. O assunto será detalhado no item 2.2 deste relatório.

Em segundo lugar, com 5,03% das manifestações, figuram demandas que tratam da *atuação de magistrado*. A Ouvidoria, nesses casos, orienta o interessado a

formalizar requerimento ao Conselho Nacional de Justiça ou à corregedoria do tribunal competente.

Os relatos que tratam de *matéria de decisão judicial* aparecem em terceiro lugar, com 4,3% do total. Em face dessas demandas, a Ouvidoria orienta o interessado a procurar um advogado ou a Defensoria Pública, para auxiliá-lo na adoção de medidas processuais próprias.

Destacam-se as manifestações relativas à Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), que entrou em vigor em 16 de maio de 2012. No terceiro trimestre, foram recebidos 66 pedidos fundamentados na lei, número próximo do triplo dos pedidos de acesso à informação recebidos até o final do segundo trimestre, período em que foram registrados 23 pedidos. Os assuntos são variados, como informações sobre o Conselho Nacional de Justiça, dados sobre o concurso público para servidor do CNJ ou de outros tribunais, andamento processual, pesquisas e projetos do Conselho e sobre os atos administrativos.

Além dos 66 pedidos de acesso à informação, receberam-se outras 52 manifestações que tratavam de assuntos relacionados à lei de acesso à informação, como, por exemplo, sobre a Resolução nº 151, de 5 de julho de 2012, que regulamentou a lei no que tange à publicação da remuneração dos membros, servidores e colaboradores do Poder Judiciário, ou sobre a remuneração percebida, após a divulgação dos valores com identificação nominal do beneficiário.

Demandas acerca de processos em curso no CNJ (andamento/situação processual no CNJ), inclusive na Corregedoria Nacional de Justiça (andamento/situação processual), somaram 91 registros, ou seja, 1,71% do total.

ASSUNTO	RECLAMAÇÃO	INFORMAÇÃO	SOLICITAÇÃO	DENÚNCIA	SUGESTÃO	ELOGIO	PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO	TOTAL GERAL
Morosidade processual no Poder Judiciário	1.727	37	67	28			2	1.861
Atuação de magistrado	167	8	8	74		10		267
Decisão judicial	190	6	12	20				228
Demanda fora da competência do CNJ	98	32	29	49	4		1	213
Administração de tribunal	121	19	11	23	3	1	1	179
Projetos/programas do CNJ	17	110	25	2	7	3	2	166
Funcionamento/procedimento de vara/comarca	128	13	4	11	1	3		160
Matéria de cunho jurisdicional	83	18	29	18			1	149
Sistema carcerário e sistema de execução de medidas socioeducativas	46	16	55	11				128
Como peticionar ao CNJ	32	55	10	22	1			120
Demanda insuficiente para classificação	47	33	14	10	4		1	109
Consulta jurídica	13	75	16				2	106
Serventia extrajudicial	45	22	15	13	3			98
Concurso público para servidor do Poder Judiciário	47	18	9	12	1		1	88
Andamento/situação de processo judicial	33	30	8				3	74

ASSUNTO	RECLAMAÇÃO	INFORMAÇÃO	SOLICITAÇÃO	DENÚNCIA	SUGESTÃO	ELOGIO	PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO	TOTAL GERAL
Pagamento e gestão de precatórios (Res. 115/2010, Res. 123/2010 e Res. 145/2012)	39	22	7	1				69
Melhorias para o Poder Judiciário	3	2			54	2		61
Acesso a sistemas do CNJ	24	21	7				1	53
Atuação da Corregedoria Nacional de Justiça	9	7	10		1	25		52
Execução penal (regime de cumprimento de pena)	23	8	11	6	2			50
Atos administrativos do CNJ	5	21	12		4		1	43
Decisão do CNJ	28	6	4	3				41
Atuação do Supremo Tribunal Federal	27	7	3	2	1			40
Cumprimento de decisão judicial	33	3	2	1				39
Regulamentação do CNJ sobre a Lei de Acesso à Informação - divulgação das remunerações (Res. 151/2012).	16	5	1	2	2		12	38
Atuação de servidor/funcionário do Poder Judiciário	26	1		5		4		36
Andamento/situação processual no CNJ (sem sigilo)	6	13	12		1		1	33
Andamento/situação processual na Corregedoria Nacional de Justiça	6	13	8				3	30
Consulta de mérito	2	26	2					30
Processo eletrônico do CNJ (E-CNJ)	14	11	4		1			30
Resposta/atuação da Ouvidoria do CNJ	7	12	3		1	6		29
Andamento/situação processual no CNJ (com sigilo)	5	6	15	1			1	28
Atuação do CNJ	7		7	1		13		28
Lei de Acesso à Informação	3	3	1	1	1		17	26
Concurso público para servidor do CNJ	1	18	4		1		1	25
Acesso a sistemas de Informação de órgão do Poder Judiciário	17	3	3			1		24
Extravio de processo ou documento/restauração de autos	21		2	1				24
Curso promovido pelo CNJ	10	10	2					22
Recebimento de documento no CNJ/protocolo/número de processo	3	12	5					20
Remuneração percebida por magistrado ou servidor do Poder Judiciário	7	9	1				3	20
Movimento pela conciliação/Projeto conciliar é legal	2	9	4		1	1	2	19

ASSUNTO	RECLAMAÇÃO	INFORMAÇÃO	SOLICITAÇÃO	DENÚNCIA	SUGESTÃO	ELOGIO	PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO	TOTAL GERAL
Inspeções no Poder Judiciário	3	6	4	3	1		1	18
Nepotismo no Poder Judiciário	5	8	1	4				18
Atividade Jurídica (Res. 75/2009)		16	1					17
Concurso público para ingresso na carreira da magistratura (Res. 75/2009 e Res. 118/2010)	10	2	1	2	1			16
Informações gerais sobre o CNJ	1	14					1	16
Competência do CNJ	1	13	1					15
Cumprimento de decisão do CNJ	8	4		2			1	15
Cadastro Nacional de Improbidade Administrativa	2	8	4					14
Assistência judiciária	5	3	4	1				13
Morosidade processual no CNJ	12			1				13
Outros concursos públicos	7	1	1	3	1			13
Pesquisa		7	3			1	2	13
Projudi	3	5			2			10
Atuação de Corregedoria de Tribunal	7	1				1		9
Projeto Começar de Novo		8	1					9
Sigilo/anonimato	1	1	1	6				9
Atuação de Ouvidoria de Tribunal	5	3						8
Autor. de viagem para o ext. de crianças e adolescentes (Res. 131/2011)	2	6						8
Cadastro Nacional de Adoção		5	2	1				8
Gestão de precatórios (Res. 115/2010, Res. 123/2010 e Res. 145/2012)	2	4	1		1			8
Jornada de trabalho, preenchimento de cargos em comissão e limite de servidores requisitados (Res. 88/2009)	6	1			1			8
Morosidade no cumprimento de decisão judicial	6		1	1				8
Tentativa de golpe utilizando o nome do CNJ		1	1	6				8
Justiça em Números/estatísticas	1	4	2					7
Banco de Dados de Mandados de Prisão (Res. 137/2011)	3	2	1					6
Justiça Aberta	2	2	1		1			6
Nepotismo nos demais Poderes	1	1	1	3				6
Concurso público para a outorga das delegações de notas e de registro (Res. 81/2009 e Res. 122/2010)	2	3						5
Imprensa do CNJ	1	1	2		1			5

ASSUNTO	RECLAMAÇÃO	INFORMAÇÃO	SOLICITAÇÃO	DENÚNCIA	SUGESTÃO	ELOGIO	PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO	TOTAL GERAL
Mutirão carcerário	1	4						5
Portal do CNJ	2	1	1		1			5
Tabelas processuais unificadas (Res. 46/2007)	1	4						5
Concurso de remoção	1	2	1					4
Bacenjud (Res. 61/2008)	2	1						3
Evento promovido pelo CNJ	1	2						3
Numeração única	1	2						3
Inscrição de pretendente no CNA		2						2
Jurisprudência do CNJ - Infojuris		1	1					2
Movimento pela conciliação - campanha divulgada na TV e rádio		2						2
Determina a criação de ouvidorias no âmbito dos Tribunais (Res. 103/2010)		1						1
Estágio no CNJ			1					1
Metas nacionais do Poder Judiciário			1					1
Modelos únicos de certidões		1						1
Programa Integrar			1					1
Recesso forense/Plantão judicial	1							1
Renajud		1						1
Sistema Nacional de Bens Apreendidos - SNBA (Res. 63/2008)			1					1
Outros Assuntos	16	48	23	2	5	2	5	101
<b>Total Geral</b>	<b>3.260</b>	<b>942</b>	<b>506</b>	<b>352</b>	<b>109</b>	<b>73</b>	<b>66</b>	<b>5.308</b>

O registro pode ser classificado com mais de um assunto.

## 2.1 Dados dos Processos

Levando em conta os relatos recebidos no trimestre, 2.832 (53,35%) continham os dados do processo a que se referiam, como, por exemplo, número, órgão em que tramitava, instância em que se encontrava, classe e situação de julgamento, ou seja, se o processo fora julgado ou se encontrava em fase de execução.

Abaixo, a discriminação dos dados, segundo a esfera ou tribunal de onde se originaram:

LOCALIZAÇÃO	TOTAIS	%
Justiça Estadual	1.898	67,02%
Justiça Federal	360	12,71%
Justiça do Trabalho	254	8,97%
Conselho Nacional de Justiça	92	3,25%
Superior Tribunal de Justiça	80	2,82%
Supremo Tribunal Federal	65	2,30%
Justiça Eleitoral	30	1,06%
Tribunal Superior do Trabalho	21	0,74%



LOCALIZAÇÃO	TOTAIS	%
Tribunal Superior Eleitoral	3	0,11%
Justiça Militar Estadual	2	0,07%
Justiça Militar da União	1	0,04%
Dado incorreto	24	0,85%
Não informado	2	0,07%
<b>Total geral</b>	<b>2.832</b>	<b>100,00%</b>

A tabela a seguir agrupa os dados dos processos objeto de manifestação conforme sejam de feitos julgados ou em fase de execução. A maior demanda é sobre processos ainda não julgados, com 48,59% das manifestações, o que diverge dos dados do trimestre anterior, em que a maior parte dos relatos tratava de processos julgados (com 49,1%). A maioria dos processos não iniciou a fase executória, com 64,69%, em consonância ao relatório anterior, em que a maioria também estava nessa situação, com 59,77%.

LOCALIZAÇÃO	JULGADO			EM EXECUÇÃO			TOTAIS
	SIM	NÃO	NI/NA	SIM	NÃO	NI/NA	
Justiça Estadual	879	1.019		588	1.310		1.898
Justiça Federal	175	185		89	271		360
Justiça do Trabalho	198	56		150	104		254
Conselho Nacional de Justiça			92			92	92
Superior Tribunal de Justiça	27	53		18	62		80
Supremo Tribunal Federal	33	32		21	44		65
Justiça Eleitoral	15	15		10	20		30
Tribunal Superior do Trabalho	11	10		7	14		21
Tribunal Superior Eleitoral	1	2			3		3
Justiça Militar Estadual	1	1		1	1		2
Justiça Militar da União		1			1		1
Dado incorreto			24			24	24
Não informado		2			2		2
<b>Total geral</b>	<b>1.340</b>	<b>1.376</b>	<b>116</b>	<b>884</b>	<b>1.832</b>	<b>116</b>	<b>2.832</b>
	47,32%	48,59%	4,10%	31,21%	64,69%	4,10%	100,00%

NI/NA: não informado/não se aplica

Das manifestações que continham dados do processo, a maior parte, 1.677 (59,21%) tratava de morosidade processual no Poder Judiciário, seguidas das que diziam respeito a decisões judiciais, isto é, as que questionam o conteúdo de decisões, sentenças e acórdãos, com 157 (5,54%). Em terceiro, vieram as demandas sobre atuação de magistrado, tema utilizado para identificar as pertinentes à sua atuação funcional ou administrativa, no total de 139 (4,91%). Dada a sua importância e recorrência, o tema da morosidade processual será tratado detalhadamente no próximo tópico.

## 2.2 Morosidade Processual

A maior parte das demandas recebidas na Ouvidoria, de forma recorrente, compõe-se de manifestações referentes à morosidade processual no Poder Judiciário e representou 35,06% (1.861) dos registros de julho a setembro. Tomando em conta apenas as demandas com essa classificação temática, 92,79% (1.727) são reclamações.

Considerando o perfil dos demandantes, 10,16% são pessoas portadoras de deficiência ou doença grave e 17,3% maiores de 60 anos. Levando em consideração o gênero, 69,64% são de pessoas do sexo masculino. Esses índices se mostram constantes quando comparados ao segundo trimestre, em que 9,24% foram de pessoas portadoras de deficiência, 17,22% de maiores de 60 anos e 70,2% eram manifestações de demandantes do sexo masculino.

	PORTADOR DE DEFICIÊNCIA OU DOENÇA GRAVE		IDOSO		SEXO	
	TOTAIS	%	TOTAIS	%	TOTAIS	%
Não	1.672	89,84%	1.539	82,70%	Feminino	30,36%
Sim	189	10,16%	322	17,30%	Masculino	69,64%
Total geral	1.861	100,00%	1.861	100,00%	Total geral	100,00%

Em análise proporcional à quantidade de registros recebida por Estado, a Bahia tem maior percentual de demandas que se referem à morosidade processual, com 53,97% do total de demandas originadas do Estado, seguidos do Amazonas, com 48,28%, e Ceará, com 45,99%. A tabela seguinte revela grande variação em relação ao trimestre anterior, em que empataram com o maior percentual os estados do Piauí e o Rio Grande do Norte, com 50% de manifestações sobre morosidade em relação ao total recebido do Estado, e seguidos da Bahia, com 49,58%.

ESTADO	MOROSIDADE PROCESSUAL	TOTAIS DE DEMANDAS	%
BA	272	504	53,97%
AM	28	58	48,28%
CE	86	187	45,99%
MS	29	69	42,03%
PA	39	95	41,05%
PE	80	197	40,61%
RJ	317	785	40,38%
MA	34	90	37,78%
MT	37	98	37,76%
PI	30	82	36,59%
GO	51	140	36,43%
RN	29	80	36,25%
TO	14	39	35,90%
RO	20	57	35,09%
ES	50	143	34,97%
MG	159	522	30,46%
PB	34	115	29,57%
SE	9	31	29,03%
SP	311	1.072	29,01%
RS	55	195	28,21%
PR	54	192	28,13%
DF	55	201	27,36%
AP	6	22	27,27%
AL	17	66	25,76%
SC	26	101	25,74%

ESTADO	MOROSIDADE PROCESSUAL	TOTAIS DE DE- MANDAS	%
RR	5	21	23,81%
AC	2	10	20,00%
NI	12	136	8,82%
<b>Total geral</b>	<b>1.861</b>	<b>5.308</b>	<b>35,06%</b>

NI: não informado

No quadro a seguir, detalham-se as classes dos demandantes. Em termos proporcionais à quantidade de registros de cada classe, o maior percentual de demandas que se referem à morosidade processual originou-se dos aposentados, com 50,1%, seguido dos desempregados, com 44,22% e dos advogados, com 43,54%. O segundo trimestre apresentou dados divergentes desse, pois figuraram nos três primeiros lugares os delegados de polícia (com 60%), seguido de pensionistas (43,94%) e aposentados (41,51%).

OCUPAÇÃO	MOROSIDADE PROCESSUAL	TOTAIS	%
Aposentado	258	515	50,10%
Desempregado	130	294	44,22%
Advogado	445	1.022	43,54%
Delegado de polícia	3	7	42,86%
Pensionista	25	60	41,67%
Empregado de empresa privada	151	369	40,92%
Militar	41	103	39,81%
Empresário	53	143	37,06%
Jornalista	9	25	36,00%
Empregado público	61	177	34,46%
Profissional liberal ou autônomo	127	383	33,16%
Perito	2	7	28,57%
Servidor público	337	1.229	27,42%
Estudante	77	331	23,26%
Defensor público	1	6	16,67%
Presidiário	4	78	5,13%
Magistrado	1	21	4,76%
Membro do Ministério Público		5	0,00%
Não informado	136	533	25,52%
<b>Total Geral</b>	<b>1.861</b>	<b>5.308</b>	<b>35,06%</b>

Das 2.832 manifestações recebidas com dados do processo, 1.660 foram classificadas com o tema *morosidade processual*.

No que se refere à origem dos processos, a maioria tramita na Justiça Estadual, 1.154 (69,52%), seguindo-se a Federal, com 262 (15,78%), e a Justiça do Trabalho, com 141 (8,49%):

LOCALIZAÇÃO	MOROSIDADE PROCESSUAL	%
Justiça Estadual	1.154	69,52%
Justiça Federal	262	15,78%

LOCALIZAÇÃO	MOROSIDADE PROCESSUAL	%
Justiça do Trabalho	141	8,49%
Superior Tribunal de Justiça	50	3,01%
Tribunal Superior do Trabalho	15	0,90%
Justiça Eleitoral	10	0,60%
Conselho Nacional de Justiça	1	0,06%
Tribunal Superior Eleitoral	1	0,06%
Justiça Militar Estadual	1	0,06%
Justiça Militar da União	1	0,06%
Dado incorreto	24	1,45%
<b>Total geral</b>	<b>1.660</b>	<b>100,00%</b>

Não foram computados os processos em tramitação no STF.

Na tabela a seguir, detalham-se as classes dos processos tratados nas demandas classificadas como morosidade processual:

CLASSE	JUSTIÇA ESTADUAL	JUSTIÇA ELEITORAL	JUSTIÇA TRABALHISTA	STJ	TST	JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO	CNJ	JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL	TSE	DI	TOTAIS
Procedimento do juizado especial cível	83	14									97
Ação trabalhista - rito ordinário			60		2						62
Apelação / reexame necessário	21	37									58
Cumprimento de sentença	40	6									46
Ação civil coletiva	27	7									34
Ação penal - procedimento ordinário	32	2									34
Inventário	32										32
Procedimento sumário	24	6									30
Outros procedimentos de jurisdição voluntária	16	11									27
Dúvida	16	6									22
Outras medidas provisionais	18	2									20
Ação de alimentos	19										19
Execução contra a fazenda pública	13	5									18
Mandado de segurança coletivo	17	1									18
Procedimento de cumprimento de sentença/decisão	18										18
Recurso inominado	7	8									15
Ação civil de improbidade administrativa	14										14
Consignação em pagamento	9		5								14
Reintegração / manutenção de posse	13										13
Divórcio litigioso	12										12
Execução fiscal	8	1	1								10
Alvará judicial	9										9
Agravo de instrumento em recurso de revista			4		4						8
Alimentos - Lei especial no 5.478/68	8										8
Ação penal - procedimento sumário	7										7
Agravo de instrumento em recurso ordinário			1	3	2				1		7
Providência	7										7
Ação trabalhista - rito sumaríssimo			6								6
Alimentos - provisionais	4	2									6
Apelação cível				6							6
Averiguação de paternidade	6										6

CLASSE	JUSTIÇA ESTADUAL	JUSTIÇA ELEITORAL	JUSTIÇA TRABALHISTA	STJ	TST	JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO	CNJ	JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL	TSE	DI	TOTAIS
Embargos à execução fiscal	3	3									6
Exceção de coisa julgada	6										6
Imissão na posse	6										6
Monitória	6										6
Tutela	6										6
Usucapião	5	1									6
Ação popular	3	2									5
Execução da pena	4	1									5
Recursos trabalhistas			5								5
Separação litigiosa	5										5
Arrolamento de bens	4										4
Despejo	4										4
Despejo por falta de pagamento cumulado com cobrança	4										4
Dissolução e liquidação de sociedade	4										4
Embargos à arrematação	1	1	2								4
Exceção de incompetência de juízo	2	1		1							4
Guarda	4										4
Prestação de contas - exigidas	4										4
Processo administrativo disciplinar em face de servidor	4										4
Recurso em habeas corpus				4							4
Restituição de coisas apreendidas	3	1									4
Suspensão de liminar ou antecipação de tutela	2	2									4
Termo circunstanciado	4										4
Ação de cumprimento			2	1							3
Ação penal - procedimento sumaríssimo	2	1									3
Agravo de instrumento em agravo de petição		3									3
Avarias	2	1									3
Cumprimento provisório de sentença	2							1			3
Despejo por falta de pagamento	3										3
Divórcio consensual	3										3
Execução de multa	3										3
Execução provisória	3										3
Habilitação	2	1									3
Recurso eleitoral		3									3
Retificação ou suprimento ou restauração de registro civil	3										3
Abertura, registro e cumprimento de testamento	2										2
Ação penal de competência do Júri	2										2
Agravo				2							2
Alienação judicial de bens	2										2
Assistência judiciária	1	1									2
Busca e apreensão em alienação fiduciária	2										2
Depósito	1	1									2
Execução de medida de segurança	2										2
Impugnação ao cumprimento de	1	1									2

CLASSE	JUSTIÇA ESTADUAL	JUSTIÇA ELEITORAL	JUSTIÇA TRABALHISTA	STJ	TST	JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO	CNJ	JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL	TSE	DI	TOTAIS
sentença											
Impugnação ao valor da causa	2										2
Instrução de rescisória	2										2
Interdição	2										2
Medidas protetivas - Estatuto do Idoso	2										2
Procedimento investigatório do MP (peças de informação)	2										2
Processo eleitoral		2									2
Produção antecipada de provas	1	1									2
Protesto	2										2
Reabilitação	2										2
Recurso de revista					2						2
Recurso em mandado de segurança				2							2
Recurso em sentido estrito	1			1							2
Reexame necessário / recurso ordinário				2							2
Restituição de coisa ou dinheiro na falência do devedor empresário	2										2
Ação de improbidade administrativa				1							1
Ação de impugnação de mandato eletivo		1									1
Ação de investigação judicial eleitoral		1									1
Ação penal				1							1
Ação trabalhista - rito sumário (alçada)			1								1
Adoção c/c destituição do poder familiar	1										1
Agravo de execução penal	1										1
Agravo de instrumento em recurso ordinário para o STF				1							1
Alteração do regime de bens	1										1
Alvará judicial - Lei no 6858/80	1										1
Apelação				1							1
Apreensão e depósito de coisa vendida com reserva de domínio	1										1
Apuração de irregularidades em entidades de atendimento	1										1
Arrolamento sumário	1										1
Atentado	1										1
Autorização judicial	1										1
Busca e apreensão				1							1
Cautelar fiscal	1										1
Cobrança de cédula de crédito industrial	1										1
Conflito de atribuição				1							1
Conflito de jurisdição				1							1
Consignatória de aluguéis	1										1
Correção ordinária		1									1
Correção parcial ou reclamação correcional	1										1
Crimes contra a propriedade intelectual	1										1
Crimes de calúnia, injúria e difamação de competência do juiz singular	1										1

CLASSE	JUSTIÇA ESTADUAL	JUSTIÇA ELEITORAL	JUSTIÇA TRABALHISTA	STJ	TST	JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO	CNJ	JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL	TSE	DI	TOTAIS
Crimes de responsabilidade dos funcionários públicos	1										1
Declaratória de constitucionalidade	1										1
Demarcação / divisão		1									1
Desapropriação imóvel rural por interesse social		1									1
Emancipação	1										1
Embargos à execução					1						1
Execução de certidão de crédito judicial			1								1
Falência de empresários, sociedades empresariais, microempresas e empresas de pequeno porte	1										1
Habilitação de crédito	1										1
Herança jacente	1										1
Homologação de transação extrajudicial			1								1
Impugnação ao cumprimento de decisão	1										1
Interdito proibitório	1										1
Justificação		1									1
Liberdade provisória com ou sem fiança	1										1
Liquidação por artigos	1										1
Medidas assecuratórias		1									1
Medidas protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)	1										1
Notificação para explicações	1										1
Oposição	1										1
Pedido de prisão preventiva	1										1
Procedimento ordinário	1										1
Processo administrativo disciplinar em face de magistrado	1										1
Recuperação judicial	1										1
Recurso administrativo		1									1
Revisional de aluguel	1										1
Separação consensual	1										1
Sobrepartilha	1										1
Suspensão de execução de sentença	1										1
Tutela c/c destituição do poder familiar	1										1
Tutela e curatela - nomeação	1										1
Não informado	498	129	51	22	4	1	1				706
Dado incorreto										24	24
<b>Total geral</b>	<b>1.154</b>	<b>272</b>	<b>141</b>	<b>50</b>	<b>15</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>24</b>	<b>1.660</b>

DI: dado incorreto

As reclamações concernentes a processos não julgados representam 57,95% dos registros, e 40,54% referem-se a processos já julgados. Os em fase de execução representam 26,57%, e os processos que não atingiram essa fase, 71,93%. Esses dados estão consonantes com os dados do segundo trimestre, em que 57,46% dos registros referiam-se a processos não julgados, 39,07% a processos já julgados,

28,14% a processos em fase de execução, e 68,39% a processos que não atingiram essa fase.

LOCALIZAÇÃO	JULGADO			EM EXECUÇÃO			TOTALS
	SIM	NÃO	NI/NA	SIM	NÃO	NI/NA	
Justiça Estadual	438	716		293	861		1.154
Justiça Federal	111	151		52	210		262
Justiça do Trabalho	104	37		83	58		141
Superior Tribunal de Justiça	8	42		5	45		50
Tribunal Superior do Trabalho	7	8		5	10		15
Justiça Eleitoral	4	6		3	7		10
Conselho Nacional de Justiça			1			1	1
Tribunal Superior Eleitoral	1				1		1
Justiça Militar Estadual		1			1		1
Justiça Militar da União		1			1		1
Dado incorreto			24			24	24
Total geral	673	962	25	441	1.194	25	1.660
	40,54%	57,95%	1,51%	26,57%	71,93%	1,51%	100,00%

NI/NA: não informado/não se aplica.

Não contabilizados os processos em tramitação no STF.

### 2.3. Utilização Indevida do Nome do CNJ

A Ouvidoria continua a receber notícias de tentativas de estelionato contra pessoas que são parte em processos judiciais. Neste trimestre foram recebidas 8 (oito) manifestações por meio do formulário eletrônico e por meio telefônico. O procedimento recorrente consiste em o golpista usar de forma indevida o nome do CNJ e solicitar vantagem indevida à pretensa vítima mediante promessa de intermediação para recebimento de valores pendentes de pagamento em causas em tramitação no Poder Judiciário.

Os registros recebidos têm sido encaminhados à Corregedoria Nacional de Justiça e juntados ao processo nº 0000283-67.2011.2.00.0000, ali em curso. Com base nessas manifestações, foi instaurado inquérito policial, no Departamento de Polícia Federal, sob o nº 1.838/2010-4-SR/DPF/DF.

A Ouvidoria tem orientado os cidadãos acerca da atuação do CNJ, informando-os de que as decisões do Conselho são de natureza administrativa e que não faz contatos telefônicos para cobrar valores sobre ações em curso no Poder Judiciário.



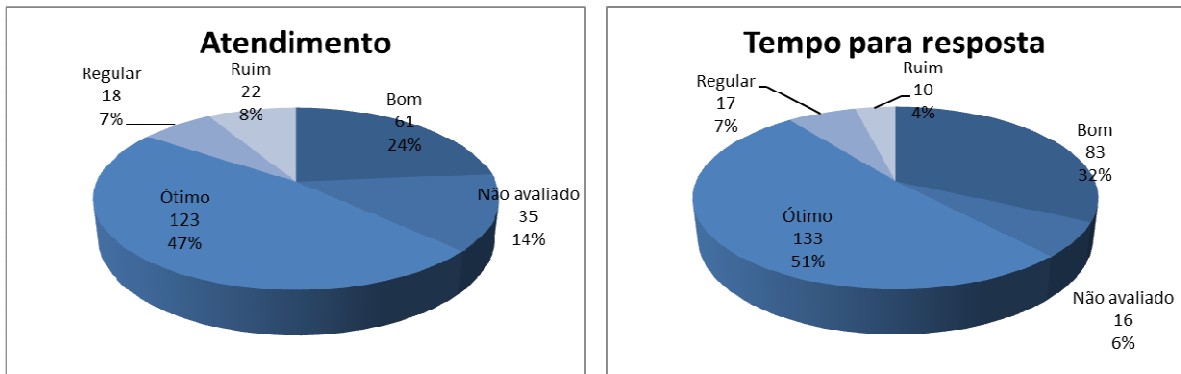
### 3. A PARTICIPAÇÃO DAS UNIDADES DO CNJ

A tabela abaixo discrimina a participação das unidades do CNJ que auxiliaram no atendimento das demandas relacionadas às respectivas áreas de atuação:

SETOR	TOTAIS
Corregedoria Nacional de Justiça	272
Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas	169
Secretaria Processual	46
Seção de Protocolo e Digitalização	26
Seção de Seleção e Gestão de Desempenho	21
Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário	19
Seção de Atendimento ao Usuário	19
Gabinete do Conselheiro José Roberto Neves Amorim	12
Secretaria de Comunicação Social	10
Secretaria-Geral	9
Gabinete do Conselheiro Bruno Dantas	7
Departamento de Pesquisas Judiciárias	6
Seção de Acompanhamento das Resoluções e Recomendações	6
Gabinete do Conselheiro José Lucio Munhoz	5
Seção de Pagamento	5
Seção de Registros Funcionais	5
Seção de Benefícios	4
Gabinete do Conselheiro Ney José de Freitas	2
Seção de Legislação	2
Assessoria Jurídica	1
Departamento de Gestão Estratégica	1
Gabinete da Presidência	1
Gabinete do Conselheiro Jorge Hélio	1
Gabinete do Conselheiro Jefferson Kravchychyn	1
Gabinete do Conselheiro José Guilherme Vasi Werner	1
Gabinete do Conselheiro Sílvio Luís Ferreira da Rocha	1
Gabinete do Conselheiro Gilberto Valente Martins	1
Seção de Acompanhamento das Decisões	1
Seção de Educação Corporativa	1
Seção de Gestão de Contratos	1
Secretaria de Controle Interno	1
<b>Total geral</b>	<b>657</b>

## 4. AVALIAÇÃO DA RESPOSTA

Com o objetivo de aferir o grau de qualidade do serviço prestado pela Ouvidoria, ofereceu-se aos cidadãos a opção não obrigatória de avaliar a resposta e a atuação da Ouvidoria, no que refere aos fatores atendimento, tempo para a resposta, desfecho e clareza da resposta. Os resultados obtidos estão detalhados nos gráficos e tabela a seguir.



	CLAREZA		SATISFAÇÃO	
	TOTAIS	%	TOTAIS	%
Não	79	30,50%	132	50,97%
Sim	180	69,50%	127	49,03%
<b>Total Geral</b>	<b>259</b>	<b>100,00%</b>	<b>259</b>	<b>100,00%</b>

Os dados demonstram, por parte dos demandantes, considerável satisfação em relação aos serviços prestados pela Ouvidoria. Percebe-se, não obstante, certo grau de insatisfação, a indicar que a Ouvidoria precisa continuar a buscar o aprimoramento de seu trabalho.

## 5. ENCAMINHAMENTO DE DEMANDAS A OUTROS ÓRGÃOS

Conforme dispõem os arts. 2º e 4º, III, da Resolução nº 103/2010, do CNJ, houve, no período, 1.780 encaminhamentos às ouvidorias e corregedorias dos tribunais e outros órgãos judiciais. Essas demandas tratavam de atraso na movimentação processual e de questões específicas dos órgãos jurisdicionais. Quando necessário, considerando a hipótese do art. 7º, I, da resolução, houve orientação aos demandantes para direcionar seu questionamento ao CNJ. O quadro a seguir detalha os encaminhamentos:

ÓRGÃO DE DESTINO	EM ABERTO	CONCLUÍDO	TOTAIS
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro	3	233	236
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia	106	113	219
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo	39	156	195
Gerência de Registro e Suporte à Ação Correcional do Tribunal de Justiça de Minas Gerais	21	91	112

ÓRGÃO DE DESTINO	EM ABERTO	CONCLUÍDO	TOTAIS
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará	6	76	82
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco	31	47	78
Ouvidoria Judiciária do Tribunal Regional Federal da 1ª Região	13	42	55
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região	7	43	50
Ouvidoria do Superior Tribunal de Justiça	3	45	48
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná	3	44	47
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul	4	41	45
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás	6	37	43
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo	10	24	34
Ouvidoria do Tribunal Regional Federal da 3ª Região	7	25	32
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba	4	26	30
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso	7	23	30
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Pará	3	27	30
Ouvidoria do Tribunal Regional Federal da 2ª Região	15	15	30
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão	8	19	27
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí	8	19	27
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região	3	22	25
Ouvidoria do Tribunal Superior do Trabalho e do CSJT	17	7	24
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte	5	15	20
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	1	18	19
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul	5	14	19
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região	5	13	18
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina	2	15	17
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas	4	11	15
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Tocantins	5	9	14
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas	9	4	13
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região		13	13
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia	5	4	9
Presidência do Tribunal Regional Federal da 5ª Região	2	7	9
Central do Eleitor - Tribunal Superior Eleitoral	2	6	8
Ouvidoria do Tribunal Regional Federal da 5ª Região	3	4	7
Corregedoria do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá	4	2	6
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região		6	6
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região		6	6
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região	3	2	5
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região	2	3	5
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região		5	5
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região	2	3	5
Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Ceará	1	4	5
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima	1	3	4
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região		4	4
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe	1	2	3
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região	1	2	3
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região	3		3
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Acre	1	1	2
Ouvidoria do Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo		2	2
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região	1	1	2
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região		2	2
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região		2	2
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região		2	2
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região		2	2
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região	2		2
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região		2	2

ÓRGÃO DE DESTINO	EM ABERTO	CONCLUÍDO	TOTAIS
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região	2		2
Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo	1	1	2
Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Amazonas		2	2
Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro		2	2
Assessoria de Comunicação Social do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Alagoas		1	1
Corregedoria do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo		1	1
Corregedoria do Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Região Metropolitana	1		1
Ouvidoria Administrativa do Tribunal Regional Federal da 1ª Região	1		1
Ouvidoria do Fórum Clóvis Beviláqua/Tribunal de Justiça do Estado do Ceará	1		1
Ouvidoria do Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul		1	1
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região		1	1
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região	1		1
Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe		1	1
Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Goiás		1	1
Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Mato Grosso	1		1
Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Maranhão	1		1
Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio Grande do Sul		1	1
Ouvidoria do Tribunal Regional Federal da 4ª Região		1	1
<b>Total geral</b>	<b>403</b>	<b>1.377</b>	<b>1.780</b>
	<b>22,64%</b>	<b>77,36%</b>	<b>100,00%</b>

Na maior parte dos encaminhamentos aos órgãos do Judiciário, solicita-se que a providência adotada seja informada à Ouvidoria do CNJ, para registro ou adoção de medidas. Das 1.780 manifestações encaminhadas no terceiro trimestre, 403 permaneciam sem resposta final, por parte do órgão contatado, o que representa 22,64% do total.

As reclamações, sugestões e críticas que não se referiam a providências a cargo do Conselho Nacional de Justiça foram encaminhadas aos órgãos responsáveis, e comunicou-se a providência ao interessado. Foram encaminhadas nesse período duas demandas à Ouvidoria do Conselho Nacional do Ministério Público, uma à Ouvidoria Geral da Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil do Distrito Federal, uma à Ouvidoria da Defensoria Pública do Distrito Federal e uma ao Ministério da Justiça.

## 6. AÇÕES DESENVOLVIDAS

A equipe da Ouvidoria do CNJ recebeu delegação de servidores do Tribunal Administrativo de Moçambique no final do mês de setembro. O objetivo do encontro foi apresentar a estrutura e os trabalhos desenvolvidos pela Ouvidoria e teve o apoio do Tribunal de Contas do Distrito Federal. Participaram da visita o provedor da República de Moçambique, senhor José Ibraímo Abudo (segundo da direita), e do Sr. Carlos Maurício Figueiredo (segundo à esquerda).



## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados do período tratado neste relatório seguem o padrão observado nos trimestres anteriores, fazendo-se menção novamente aos dados concernentes às demandas da Lei de Acesso à Informação.

Os temas de maior incidência referem-se a excesso de prazo na tramitação processual, desempenho dos magistrados, questões administrativas dos tribunais ou mesmo decisões judiciais.

Nos casos em que é cabível a atuação da Ouvidoria do Conselho Nacional de Justiça, tem-se buscado o tratamento integrado com as ouvidorias dos tribunais e demais órgãos judiciais, com vistas a prestar atendimento adequado às demandas recebidas e o permanente avanço nos serviços do Judiciário, conforme determina o art. 4º, III, da Resolução nº 103/2010. Nos casos em que não é cabível a atuação da Ouvidoria, a unidade busca orientar ao interessado qual órgão ou profissional deve procurar.

Há de se destacar que, desde a vigência da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), de 16 de maio de 2012, houve um acréscimo no número de registros. Em comparação ao trimestre anterior, o número quase que triplicou, alcançando 66 demandas.

Registre-se que, no que diz respeito à eficácia da Resolução nº 151, de 05 de julho de 2012, a qual determina a divulgação das remunerações, diárias, indenizações e quaisquer outras verbas pagas aos membros da magistratura judicial e aos servidores a qualquer título, colaboradores eventuais ou deles descontadas, com identificação nominal do beneficiário e da unidade na qual preste seus serviços, com base no último levantamento feito em 5.10.2012, 85 tribunais cumpriram integralmente o disposto na norma, 35 tribunais ainda não haviam cumprido, e entre os que cumpriram, 38 estavam com atraso na divulgação, de um total de 120

tribunais, incluindo o Conselho Nacional de Justiça, o Conselho da Justiça Federal e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, os Tribunais Regionais Federais e suas Seções Judiciárias, os Tribunais Regionais do Trabalho, os Tribunais Regionais Eleitorais, os Tribunais de Justiça, os Tribunais de Justiça Militar e os Tribunais Superiores, exceto o Supremo Tribunal Federal.

Para contribuir no atingimento dos objetivos da resolução, a Ouvidoria tem contribuído por meio do levantamento de informações atualizadas. Nesse sentido, para dar cumprimento total ao disposto na resolução, o CNJ tem feito o acompanhamento de cumprimento de decisão, por meio do processo nº 0004704-66.2012.2.00.0000, que pode ser consultado no portal do CNJ pelo link: [https://www.cnj.jus.br/ecnj/consulta\\_eproc.php](https://www.cnj.jus.br/ecnj/consulta_eproc.php)

Brasília, 7 de novembro de 2012.

**Assinado com certificado digital emitido para  
WELLINGTON CABRAL SARAIVA (1427).  
Emitido por AC Certisign-Jus G2.  
Válido de 4/9/2011 até 3/9/2014.**

**WELLINGTON CABRAL SARAIVA**  
Conselheiro Ouvidor

*Cristiana Gontijo Bastos*  
Chefe do Gabinete

*Flávia Somorovski Torres*  
Assessora

Técnicos:  
*Anderson Moreira da Silva*  
*Daiane Braz Neri*  
*Edineia Coimbra de Oliveira*  
*Hubner Alessandro Rocha*  
*Inaldo do Nascimento*  
*Mariana Feltrini Turibio*

Apoio:  
*Eunice de Costa Oliveira*  
*Mayana Camilla Oliveira Carvalho*  
*Rebeca Pereira de Oliveira*